

Fatores facilitadores e dificultadores para a implementação e consolidação da Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal nas Instituições Federais de Ensino brasileiras

ROBERTO SILVA BARBOSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

ODEMIR VIEIRA BAETA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

FATORES FACILITADORES E DIFICULTADORES PARA A IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO BRASILEIRAS

1. Introdução

A saúde do trabalhador é um eixo central da saúde pública, focando no estudo e na melhoria das relações entre o ambiente de trabalho e o bem-estar físico e mental dos trabalhadores. Esse campo aborda complexidades sociais, políticas e técnicas para promover condições laborais seguras e saudáveis. As políticas de saúde ocupacional visam a prevenção de acidentes e doenças, além de promover um ambiente que favoreça o desenvolvimento pessoal e profissional. Integrando conhecimentos de medicina, psicologia, ergonomia, engenharia e direito, a saúde do trabalhador oferece uma abordagem holística. A colaboração entre empregadores, trabalhadores, sindicatos e órgãos governamentais é essencial para criar ambientes de trabalho saudáveis e produtivos (Krolls; Presser; Sánchez-Tarragó, 2021).

Historicamente, a interação entre saúde e trabalho tem sido amplamente documentada. No Brasil, a regulação do trabalho ganhou força significativa na década de 1940 com a implementação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que se concentrou principalmente nas relações de trabalho individuais e coletivas. No entanto, até a promulgação da Constituição de 1988, as políticas de proteção trabalhista e social eram predominantemente seletivas, beneficiando apenas certos grupos de trabalhadores. A Constituição de 1988 marcou um avanço importante ao ampliar os direitos trabalhistas e sociais, promovendo uma abordagem mais inclusiva e abrangente para a proteção de todos os trabalhadores (Andrade; Martins; Machado, 2012).

No âmbito da administração pública, a Constituição de 1988 representou um avanço significativo ao ampliar o acesso universal à saúde e instituir o Regime Jurídico Único (RJU) para servidores públicos, regulamentado posteriormente pela Lei 8.112/90. Essas mudanças criaram uma nova estrutura jurídico-institucional, abordando a histórica dicotomia entre direitos trabalhistas e previdenciários. Anteriormente, essa divisão influenciava diretamente as condições de saúde ocupacional. A Constituição de 1988, ao garantir direitos mais abrangentes e inclusivos, proporcionou uma base sólida para a promoção da saúde dos trabalhadores, refletindo um compromisso renovado com o bem-estar dos servidores públicos e a melhoria das condições de trabalho no setor público (Andrade; Martins; Machado, 2012).

No entanto, embora a Constituição tenha trazido avanços, os servidores públicos federais inicialmente ficaram à margem das Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis para os contratos regidos pela CLT. A proteção a estes trabalhadores começou a ser fortalecida com a implantação do RJU pela lei 8112/1990, que introduziu regulamentações específicas focadas em licenças médicas e aposentadorias por invalidez (Martins *et al.*, 2017).

A partir de abril de 2009, o governo federal assumiu o compromisso de desenvolver e implementar, de forma colaborativa, uma Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (PASS). Esse compromisso foi respaldado por um sistema de informação em saúde do servidor, uma base legal sólida, uma rede de unidades e serviços, além da garantia de recursos financeiros específicos para a execução de ações e projetos. Esse movimento resultou na criação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), mediante a publicação da Portaria nº 6833/2009 (Zanin *et al.*, 2015).

Neste contexto, este estudo surge da necessidade de realizar uma revisão integrativa da literatura científica sobre os fatores que influenciam a consolidação da PASS nas IFES. Busca-se identificar os principais elementos que facilitam ou dificultam a efetiva implementação dessa política. Assim, o objetivo deste estudo é identificar os facilitadores e dificultadores para a

implementação e consolidação da PASS nas IFES brasileiras, destacando os elementos que impactam positivamente ou dificultam sua execução.

2. Procedimentos metodológicos

Neste estudo, optou-se pela revisão integrativa da literatura, uma metodologia capaz de sintetizar diversas fontes de literatura científica e fornecer uma compreensão abrangente sobre um tópico específico. Seguiu-se as diretrizes propostas por Botelho, Cunha e Macedo (2011), que facilitam uma análise detalhada das publicações, permitindo uma visão profunda sobre a PASS no contexto das IFES brasileiras.

Conforme ilustrado no Quadro 1, a revisão integrativa foi estruturada em seis etapas:

Quadro 1 - Etapas da revisão integrativa da literatura

1ª Etapa	Identificação do tema e seleção dos artigos para revisão
2ª Etapa	Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão
3ª Etapa	Identificação dos estudos selecionados
4ª Etapa	Categorização dos estudos selecionados
5ª Etapa	Análise e interpretação dos resultados
6ª Etapa	Apresentação da revisão / síntese do conhecimento

Fonte: adaptada de Botelho, Cunha e Macedo (2011)

A primeira etapa consiste em formular o tema de pesquisa e definir as estratégias que serão utilizadas para a busca de informações, incluindo os termos a serem pesquisados e as bases de dados a serem consultadas (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Definiu-se a seguinte questão norteadora: **Quais são os principais facilitadores e dificultadores para a implementação e consolidação da Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (PASS) nas Instituições Federais de Ensino (IFES) brasileiras?**

Para este levantamento bibliográfico, foram definidas as palavras-chave “Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal” ou “Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor”, as quais foram utilizadas nas seguintes plataformas: Periódicos Capes; Biblioteca Virtual em Saúde; Scopus; Spell; Scielo; Arca Fiocruz; Pubmed; e Web of Science. Foi utilizado o operador booleano “or” para seleção dos estudos.

Considerando que a Política PASS foi efetivamente implementada a partir da edição do decreto nº 6833/2009 em 29 de abril de 2009, que criou o SIASS. O período delimitado para a coleta de dados compreendeu os anos de 2009 a 2023.

Os critérios de inclusão dos artigos selecionados nesta pesquisa foram os seguintes: estudos que abordam a PASS, publicados em revistas científicas a partir de 2009, e disponíveis nos idiomas português ou inglês. Foram excluídos os textos em forma de apostilas, cartas e editoriais, não publicados em periódicos indexados. Também foram excluídos os artigos que não estavam disponíveis na íntegra.

Para extrair as informações dos artigos selecionados foi utilizada a matriz de síntese. Ela se destaca como uma ferramenta para extração e organização de dados em revisões da literatura em diversas disciplinas. Sua capacidade de condensar aspectos do conhecimento a torna uma aliada no processo de síntese e compreensão dos estudos revisados (Klopper; Lubbe; Rugbeer, 2007).

Na terceira etapa, foi realizada leitura preliminar dos artigos selecionados. Com base nessa análise, juntamente com os critérios de inclusão e exclusão, procedeu-se à seleção dos textos, para inclusão nesta revisão. Na quarta etapa realizou-se a codificação e a análise dos artigos selecionados, levando em consideração a PASS. Posteriormente, avançou-se para a discussão dos achados e a apresentação da revisão e síntese do conhecimento.

3. Resultados

A pesquisa inicial resultou na identificação de 74 artigos distribuídos nas bases de dados pesquisadas. O processo de seleção e análise culminou na inclusão de 34 artigos que atendem aos critérios estabelecidos para este estudo. A distribuição dos artigos nas bases de dados e o processo de seleção são ilustrados no Quadro 2.

Quadro 2: Pesquisa de artigos nos portais de Periódicos

Portal de periódico pesquisado	Artigos identificados	Artigos selecionados
Periódicos CAPES	24	12
Biblioteca Virtual em Saúde - BVS	19	8
Arca Fiocruz	10	5
Pubmed	06	3
Scopus	05	2
Web of Science	03	2
Scielo	04	1
Spell	03	1
Total	74 artigos	34 artigos

Fonte: elaborada pelos autores.

Nessa etapa, 32 artigos foram excluídos por estarem duplicados; 04 por não abordarem a PASS; 04 por não terem sido publicados em revista científica. Após a análise e leitura dos textos, o levantamento resultou num corpus de 34 artigos que atenderam a todos os critérios de inclusão estabelecidos e estão listados no Quadro 4.

Quadro 3: Identificação dos artigos selecionados para a revisão integrativa

Ano	Título	Autores	Periódico	Qualis
2011	O institucionalismo sociológico na implementação da política e atenção à saúde do servidor público de uma instituição federal de ensino superior de Minas Gerais	Baeta; Mucci; Moreira	Administração Pública e Gestão Social- APGS	A3
2012	O processo de construção da política de saúde do trabalhador no Brasil para o setor público	Andrade <i>et al.</i>	Revista de Sociologia	A4
2013	Projeto Elaborar: uma experiência de intervenção junto a trabalhadores da universidade federal do Ceará	Pinheiro <i>et al.</i>	Revista de Psicologia	A3
2013	Contribuições da Atenção Primária em Saúde para a implementação da Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho (PNSST)	Dias e Silva	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	B1
2014	Prevalência de transtornos mentais e comportamentais nas instituições públicas federais de Rondônia	Schlundwein e Moraes	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	A3
2014	Pressupostos legais à promoção à saúde do servidor público federal	Silva; Licorio e Siena	Revista de Adm. e Negócios da Amazônia	B2
2015	Planejamento estratégico para a organização da atenção à saúde do servidor de uma universidade pública	Macagi; Peres; Alessi	Revista de Enfermagem	B1
2015	Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho: uma proposta de avaliação da conformidade para a administração pública federal brasileira	Fonseca e Fermam	Sistemas & Gestão	B1
2015	Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público no Brasil	Zanin <i>et al.</i>	Universidade e Sociedade	A4
2016	Promoção de saúde do servidor em uma universidade pública federal	Ribeiro <i>et al.</i>	Revista do NESME	B4
2016	Promoção e vigilância à saúde dos servidores públicos: a experiência da universidade federal do Ceará	Gonçalves <i>et al.</i>	Revista de Psicologia	A3
2016	Saúde do trabalhador: um desafio para a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Servidor Público Federal (PASS)	Freire e Pacheco	Intervozes: trabalho, saúde, cultura.	B4
2017	A Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal no Brasil: atores, trajetórias e desafios	Martins <i>et al.</i>	Ciência & Saúde Coletiva	A1

2017	O papel dos agentes de recursos humanos na implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS)	Filho e Ponce	Revista do Serviço Público	A4
2018	Afastamentos do trabalho por transtornos mentais: um estudo de caso com servidores públicos em uma instituição de ensino no Ceará, Brasil	Bastos <i>et al.</i>	Revista Brasileira de Medicina do Trabalho	B3
2018	Avaliação das licenças para tratamento de saúde após implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor na FIOCRUZ: quadriênio 2012–2015	Santa-Marinha <i>et al.</i>	Revista Brasileira de Medicina do Trabalho	B3
2018	Perfil epidemiológico do absentismo-doença na Fundação Oswaldo Cruz no período de 2012 a 2016	Teixeira <i>et al.</i>	Revista Brasileira de Medicina do Trabalho	B4
2018	Desafios na implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança no Trabalho do Servidor (PASS) em uma instituição pública federal.	Castro; Silva; Tavares	Revista eletrônica Acervo Saúde	B1
2019	O Projeto de Atenção à Saúde Mental dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Prasmnet: 20 anos	Telles <i>et al.</i>	Revista Brasileira de Medicina do Trabalho	B3
2019	Proposição de ações para implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Servidor Público Federal: estudo de caso na Universidade Federal Fluminense	D'Amato; Meirino; Pacheco	Sistemas & Gestão	B1
2019	Ações públicas voltadas para a promoção da saúde do trabalhador: análise da política destinada a saúde do servidor público federal	Bizarria <i>et al.</i>	Revista Eletrônica Gestão & Saúde	B1
2019	Atenção à Saúde do Servidor Público: Uma Análise do Sistema Integrado na Perspectiva de Escolhas de Adoção e de uso e sua Relação na Mudança Organizacional	Bifano e Freitas	Revista FSA	B2
2019	Avanços e desafios na gestão da política de atenção à saúde do servidor público federal e o princípio da eficiência na administração pública	Braga	Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento	B1
2020	O Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) na perspectiva de servidores públicos de Instituições Federais de Ensino Superior	Torres e Silva	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	B1
2020	Agravos relacionados ao trabalho em servidores de uma universidade federal do sul do Brasil	Andersen e Lobato	Revista Brasileira de Medicina do Trabalho	B3
2020	Segurança e saúde no trabalho em instituições federais de ensino superior no Brasil	Torres e Silva	International Journal on Working Conditions	B4
2021	Informação de perícias médicas para subsidiar ações de vigilância e promoção da saúde dos servidores públicos: o caso de uma universidade pública federal do Brasil	Krolls; Presser; Sánchez-Tarragó	Revista Eletrônica de Com. Informação & Inovação em Saúde	A3
2021	Perícias em saúde e Saúde do Trabalhador: a definição do tempo de afastamento em foco	Pizzinga; Zorzaneli	Ciência & Saúde Coletiva	A1
2021	Absenteeism-disease in university employees: a cross-sectional study of the reasons for leave from 2013 to 2018	Pinto, <i>et al.</i>	Revista Ciência e Natura	A3
2022	Dilemas éticos do exercício pericial no local de trabalho	Ramos	Revista Bioética	B1
2023	As políticas públicas e transformação digital na área de saúde e segurança do trabalho	Pereira <i>et al.</i>	Revista de Pesquisa em Política Pública	B2
2023	A construção de um modelo interdisciplinar para a promoção da saúde do servidor público em uma universidade federal	Moser <i>et al.</i>	Pensar Acadêmico	B4
2023	Atenção à saúde do servidor em uma instituição federal de ensino: desafios e perspectivas	Mendonça <i>et al.</i>	Revista Brasileira de Medicina do Trabalho	B3
2023	Capacidades estatais e influenciadores da implementação de políticas públicas: um estudo no Instituto Federal da Bahia	Amaral; Moscon e Silva	Gestão & Regionalidade	A4

Fonte: elaborado pelos autores.

Durante o período de 2009 a 2013, foram identificados 4 artigos relacionados à PASS, representando aproximadamente 12% do total de estudos selecionados. Entre os anos de 2014 e 2018, esse número aumentou para 14 artigos, abarcando cerca de 41% do corpus analisado. Já no intervalo de 2019 a 2023, houve uma expansão, com 16 artigos encontrados, representando cerca de 47% do conjunto total de estudos. Esse crescimento progressivo de

publicações reflete o crescente interesse e a relevância atribuída à PASS ao longo dos anos, evidenciando uma maior atenção acadêmica e institucional para esse campo de estudo.

3.1 Os facilitadores para a implementação e consolidação da PASS

A implementação da Política PASS foi motivada pela necessidade de estabelecer ações concretas focadas na saúde ocupacional dos servidores federais. Anteriormente, essa área sofria com a falta de diretrizes claras e orientações específicas. Estruturada sobre três pilares fundamentais - assistência à saúde, perícia médica e promoção da saúde com vigilância ocupacional - a PASS busca fortalecer as condições laborais dos servidores (Manual do Sias, 2017). O Quadro 4 ilustra os principais facilitadores identificados na literatura, que têm sido essenciais para o processo de consolidação desta política.

Quadro 04: Facilitadores para a implementação e consolidação da PASS

Facilitador	Ações implementadas	Autores
Institucionalização e regulamentação	Definição de diretrizes gerais para a implementação das ações de vigilância nos ambientes e processos de trabalho.	Baeta; Mucci e Moreira, (2011); Andrade, Martins, e Machado (2012); Pinheiro et. al (2013); Fonseca e Fermam (2015); Martins <i>et al</i> ; Braga (2019); Torres e Silva (2020).
	Promoção da saúde do servidor público federal através de ações estruturadas e normatizadas.	
	Possibilidade de destinação, pelo governo federal, de recursos financeiros para as ações da PASS/SIASS.	
Promoção da saúde do servidor	Estabelecimento de uma rede integrada para atender às necessidades de saúde ocupacional dos servidores.	Freire e Pacheco (2016); Bizarria <i>et al.</i> (2019); Bifano e Freitas (2019); Mendonça <i>et al.</i> (2023).
	Padronização dos procedimentos de saúde ocupacional para garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados.	
	Disponibilização de módulos para registro de: perícia oficial, exames médicos periódicos, promoção da saúde, adicionais ocupacionais, e vigilância nos ambientes e processos laborais.	
	Criação de equipe multiprofissional para atuarem em ações de promoção à saúde integral do servidor.	
Padronização dos procedimentos de saúde ocupacional	Compreensão aprofundada das relações entre o processo de adoecimento no serviço público e o ambiente de trabalho.	Schlindwein; Morais (2014); Silva; Licório; Siena (2014); Santa-Marinha <i>et al.</i> (2018); Andersen e Lobato (2020); Krolls; Presser; Sánchez-Tarragó (2021); Pinto <i>et al.</i> (2021).
	Possibilidade de identificar fatores de risco e implementar medidas preventivas para melhorar a saúde dos servidores.	
	Possibilidade da correlação dos adoecimentos com os riscos ambientais identificados nos ambientes e processos de trabalho.	
Desenvolvimento de projetos locais de promoção à saúde	Incentivo à criação de iniciativas para promover a saúde e o bem-estar dos servidores.	Gonçalves <i>et al.</i> (2016); Ribeiro et. al. (2016); Bastos et. al. (2018); Telles <i>et al.</i> (2018); Moser <i>et al.</i> (2023).
	Fomento à participação dos servidores em ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida no trabalho.	
Apoio financeiro para saúde suplementar	Apoio financeiro para os servidores custear um plano de saúde.	Zanin <i>et al.</i> (2015).
	Melhoria da assistência médica e ampliação das opções de cuidados de saúde disponíveis aos servidores.	
Monitoramento da saúde dos servidores	Implementação de exames médicos periódicos para acompanhamento e prevenção precoce de doenças.	Possas; Meirino; Pacheco (2019).

Fonte: elaborado pelos autores

Esses facilitadores foram identificados em 23 dos artigos analisados, enquanto 11 estudos focaram em contextos ou instituições específicas sem enfatizar diretamente algum

facilitador. O reconhecimento desses elementos como facilitadores é essencial para entender como a PASS pode ser efetivamente consolidada e melhorada continuamente.

3.2 Dificultadores para a implementação e consolidação da PASS

A implementação efetiva da PASS enfrenta múltiplos desafios que vão desde questões estruturais e de gestão até a resistência cultural dentro das instituições. O Quadro 5 destaca os principais desafios identificados na literatura, refletindo a complexidade e a diversidade dos obstáculos que dificultam a consolidação da PASS.

Quadro 5: desafios identificados pelos autores para a efetiva implementação e consolidação da PASS

Categoria de Desafios	Desafios Específicos	Autores Citados
Resistência institucional e recursos insuficientes	Resistência institucional; falta de recursos materiais e humanos; falta de orçamento para ações de saúde ocupacional; poucos profissionais na área da saúde e segurança do trabalho; e necessidade de reorganização da equipe multiprofissional.	Baeta, Mucci e Moreira (2011); Castro, Silva, Tavares (2018); Torres e Silva (2020); Moser <i>et al.</i> (2023)
Planejamento e gestão deficientes	Gestão ineficaz; falta de planejamento estratégico; dificuldades de gestão; falta de integração ao e-social.	Silva, Licório, e Siena (2014); Macagi, Peres, e Alessi (2015); Fonseca e Fermam (2015); Pereira <i>et al.</i> (2023)
Comunicação e articulação inadequadas	Dificuldades de comunicação e articulação; falta de informação e comunicação interna e externa eficaz; necessidade de melhoria nos processos de comunicação.	Pinheiro <i>et al.</i> (2013); Martins <i>et al.</i> (2017); Pinto <i>et al.</i> (2021)
Desafios na saúde mental e condições psicossociais	Prevalência de transtornos mentais e comportamentais; necessidade de programas de saúde mental; necessidade de melhoria das condições psicossociais do trabalho; sobrecarga emocional e física dos servidores.	Schindwein e Morais (2014); Bastos <i>et al.</i> (2018); Telles <i>et al.</i> (2019); Krolls, Presser, Sánchez-Tarragó (2021); Mendonça <i>et al.</i> (2023)
Falta de apoio institucional e governamental	Ausência de engajamento ativo do governo federal; falta de apoio governamental e institucional; falta de comprometimento do governo federal com as ações da PASS; falta de apoio das chefias imediatas.	Zanin <i>et al.</i> (2015); Gonçalves <i>et al.</i> (2016); Filho e Ponce (2017); Possas, Meirino, Pacheco (2019); Amaral, Moscon, Silva (2023)
Problemas na perícia médica e participação dos servidores	A perícia tem como objetivo apenas o controle da força de trabalho; ausência de espaços coletivos e participativos nas Unidades SIASS; falta de espaços de participação dos servidores; conflito ético entre peritos e servidores periciados.	Zanin <i>et al.</i> (2015); Ribeiro <i>et al.</i> (2016); Ramos (2022)
Desafios epidemiológicos e de vigilância	Dificuldades na gestão das informações epidemiológicas; dificuldade no gerenciamento das informações de vigilância dos ambientes laborais; adocimentos nos ambientes de trabalho.	Santa-Marinha <i>et al.</i> (2018); Teixeira <i>et al.</i> (2018); Andersen e Lobato (2020); Bizarria <i>et al.</i> (2009)
Falta de políticas integradas e recursos para promoção da saúde	Ausência de uma proposta completa de promoção, atenção e prevenção à saúde dos servidores públicos federais; falta de Comissões Internas de Saúde do Servidor Público; ausência de realização de exames médicos periódicos; falta de programa de ergonomia e de estratégias para promoção da saúde ocupacional	Bifano e Freitas (2019); Braga (2019); Pinto <i>et al.</i> (2021); Mendonça <i>et al.</i> (2023)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os desafios identificados para a consolidação da PASS são multifacetados e abrangem desde barreiras estruturais e operacionais até questões socioculturais. Estes incluem resistência institucional, escassez de recursos materiais e humanos e falta de apoio governamental. Além disso, destaca-se a baixa participação dos atores envolvidos, a ausência de engajamento ativo da administração superior e a prevalência de transtornos mentais e condições psicossociais adversas, que afetam diretamente o bem-estar dos servidores. A compreensão desses desafios é

essencial para formular estratégias que respondam às necessidades e ao mesmo tempo contribuam para a consolidação desta política.

5. Discussão

5.1 O processo de implementação e consolidação da PASS nas IFES

A implementação da PASS nas IFES brasileiras é influenciada pela disponibilidade e gestão de estruturas e recursos. Esses elementos são essenciais, pois podem facilitar ou obstruir o progresso da política, dependendo de como são adaptados e geridos no ambiente específico dessas instituições. A eficiência na alocação de recursos financeiros, a capacitação contínua dos profissionais e a adequação das infraestruturas são aspectos essenciais para o sucesso da política. Além disso, a colaboração interdepartamental e o apoio administrativo são fundamentais para superar desafios e promover a consolidação efetiva da PASS (Zanin *et al.*, 2015; Martins *et al.*, 2017).

A institucionalização da PASS nas IFES, fundamentada em legislação e regulamentações, fornece uma base sólida para a implementação dessa política. A criação da rede SSIAS exemplifica um esforço sistemático para integrar serviços de saúde de forma coesa entre as organizações acadêmicas. Essa estrutura facilita a aplicação de políticas consistentes de saúde ocupacional e promove o compartilhamento de práticas exemplares entre as instituições, aumentando a eficiência e a eficácia dos serviços prestados. A padronização dos procedimentos de saúde ocupacional garante a entrega uniforme e profissional dos serviços, elevando o nível de cuidados oferecidos aos servidores federais (Baeta, Mucci, Moreira, 2011; Freire e Pacheco, 2016; Torres e Silva, 2022).

No entanto, a implementação da PASS nas IFES enfrenta desafios substanciais, como a resistência institucional e a insuficiência de recursos. Essa resistência muitas vezes decorre de uma compreensão inadequada das necessidades de saúde dos servidores ou da falta de valorização percebida das políticas implementadas. A situação é agravada pela escassez de recursos materiais e humanos, o que limita a capacidade das IFES de desenvolver infraestruturas adequadas, contratar pessoal qualificado e manter programas eficazes de saúde ocupacional. A falta de financiamento adequado restringe a realização de exames médicos periódicos, campanhas de saúde preventiva e programas de intervenção precoce (Baeta, Mucci, Moreira, 2011; Freire e Pacheco, 2016).

Para superar esses obstáculos, é essencial um compromisso renovado do governo federal e das administrações das IFES com o financiamento da saúde dos servidores. Isso pode envolver o aumento do orçamento destinado às atividades de saúde ocupacional e a busca por parcerias para ampliar os recursos disponíveis. Além disso, é necessário melhorar a percepção da PASS dentro das instituições, destacando seu impacto positivo na produtividade e no bem-estar dos servidores. Iniciativas educativas e campanhas de sensibilização podem ajudar a mitigar a resistência institucional e promover uma cultura de saúde ocupacional mais eficaz (Andrade, Martins, Machado, 2012; Macagi, Peres, Alessi, 2015; Moser *et al.*, 2023).

A integração eficaz de recursos entre diferentes níveis administrativos e políticas de saúde pode facilitar uma alocação de recursos mais estratégica e uma implementação mais eficiente da PASS. Isso inclui a coordenação com sistemas de saúde pública locais e nacionais, maximizando os recursos existentes e evitando a duplicação de esforços. A colaboração interinstitucional e a criação de redes de apoio entre as IFES podem também potencializar as iniciativas de saúde ocupacional. Além disso, a utilização de tecnologias de informação e comunicação pode aprimorar a gestão dos dados de saúde e a monitorização das condições de trabalho, promovendo um ambiente mais saudável e seguro para os servidores (Dias e Silva, 2023).

Em suma, embora as estruturas e recursos disponíveis para a PASS nas IFES possam atuar como facilitadores, fornecendo um quadro regulatório sólido e um sistema de apoio

integrado, às limitações financeiras e de pessoal, juntamente com a resistência cultural, apresentam desafios significativos. Abordar prontamente esses desafios é essencial para garantir que a PASS transcenda sua existência teórica e seja efetivamente consolidada no cotidiano dos servidores públicos federais.

5.2 Gestão, comunicação e engajamento para a eficácia da PASS nas IFES

A eficácia da PASS nas IFES está interligada à qualidade da gestão, à eficiência da comunicação e ao grau de engajamento de todas as partes interessadas. A gestão competente assegura que os recursos sejam alocados de maneira estratégica e que as políticas sejam implementadas conforme planejado. A comunicação eficiente facilita a disseminação de informações, garantindo que todos os envolvidos compreendam suas responsabilidades e os benefícios da PASS. O engajamento de todos os interessados, incluindo administradores, servidores e órgãos governamentais, é fundamental para criar um ambiente colaborativo e comprometido com a saúde ocupacional. Esses elementos são essenciais para assegurar uma implementação transparente e efetiva da política, cumprindo os objetivos de saúde ocupacional estabelecidos (Macagi, Peres, Alessi, 2015).

A gestão eficaz da PASS em ambientes acadêmicos, como nas IFES, requer um planejamento estratégico detalhado, implementação coordenada e monitoramento contínuo das ações desenvolvidas. Uma liderança forte e comprometida é essencial para garantir a alocação adequada de recursos e a priorização das iniciativas de saúde ocupacional nas agendas dessas instituições. A liderança eficaz assegura que as políticas sejam executadas de maneira eficiente e que as questões de saúde ocupacional recebam a devida atenção, promovendo um ambiente de trabalho saudável e seguro para todos os servidores (Fonseca e Fermam, 2015; Amaral, Moscon, Silva, 2023).

Dada a diversidade de departamentos e a especificidade dos laboratórios com atividades potencialmente insalubres, é necessário que a gestão seja adaptável e capaz de responder às variadas necessidades dos diferentes grupos de servidores. Nesse sentido, as políticas de saúde ocupacional devem ser customizadas para abordar riscos específicos em distintos ambientes, como laboratórios de pesquisa que apresentam riscos químicos, físicos e biológicos. Esses ambientes exigem protocolos de saúde ocupacional específicos para garantir a segurança e o bem-estar dos trabalhadores, atendendo às particularidades de cada setor (Torres e Silva, 2020).

A comunicação eficaz desempenha um papel central na disseminação de informações sobre saúde ocupacional e serviços disponíveis. Deve-se utilizar uma variedade de plataformas, como por exemplo: sites, e-mails, redes sociais, visitas nos ambientes de trabalho e sessões interativas como workshops e webinars, para garantir que as informações cheguem a todos os servidores da comunidade acadêmica. A comunicação eficiente também ajuda a construir um senso de comunidade e engajamento, incentivando uma maior adesão às políticas de saúde ocupacional (Possas, Meirino, Pacheco, 2019; Bifano e Freitas, 2019).

O engajamento das partes interessadas é fundamental para o sucesso da PASS nas IFES. Deve-se incentivar a participação ativa dos servidores por meio de comitês de saúde, fóruns de discussão, e projetos de pesquisa que explorem os impactos dos ambientes de trabalho na sua saúde. A integração de atividades de extensão com as políticas de saúde ocupacional pode proporcionar ambientes práticos para aplicar conhecimentos teóricos e também para feedback direto dos servidores sobre suas condições de trabalho (Possas, Meirino, Pacheco, 2019; Bifano e Freitas, 2019).

A integração da PASS com outras políticas públicas é fundamental para reforçar sua eficiência e sustentabilidade. Alinhar as iniciativas de saúde do servidor com políticas nacionais e locais de saúde pública, segurança no trabalho e bem-estar social pode ampliar seu alcance e impacto. Essa colaboração interdepartamental e interinstitucional pode facilitar uma abordagem

mais holística para a saúde do servidor, garantindo que as estratégias de saúde ocupacional sejam inclusivas e abrangentes (Dias e Silva, 2013; Bizarria *et al.*, 2019).

Portanto, a gestão, comunicação e engajamento são essenciais e interdependentes para a implementação bem-sucedida da PASS nas IFES. Esses componentes devem ser gerenciados de forma integrada para superar barreiras, maximizar recursos e promover um ambiente de trabalho que apoie efetivamente a saúde e o bem-estar dos servidores públicos federais. A participação proativa e informada de todos os envolvidos é fundamental para transformar o local de trabalho em um ambiente mais seguro e saudável.

5.3 Desafios na gestão de saúde mental nas IFES: barreiras à consolidação da PASS

A saúde mental e o bem-estar dos servidores das IFES brasileiras são fundamentais não apenas para a qualidade de vida individual, mas também para a produtividade e o ambiente acadêmico como um todo. As IFES são cenários de alta demanda, onde as obrigações de ensino, pesquisa e extensão podem criar ambientes de trabalho particularmente estressantes. Essas demandas incluem prazos rigorosos para publicações, a necessidade constante de inovação acadêmica, a gestão de grandes turmas e a realização de atividades administrativas. Além disso, a pressão para alcançar metas de desempenho acadêmico e a competição intensa podem exacerbar o estresse e a ansiedade, impactando negativamente a saúde mental dos servidores dessas organizações (Schlindwein e Morais, 2014; Andersen e Lobato, 2020; Pinto *et al.*, 2021).

Neste contexto, a cultura acadêmica frequentemente promove a superação de limites pessoais sem oferecer suporte adequado, exacerbando esses problemas e criando um ciclo vicioso de estresse e esgotamento. Essa cultura de alta pressão e exigências contínuas pode resultar em adoecimentos mentais, reduzindo a produtividade e a satisfação no trabalho. Além disso, a falta de recursos de apoio psicológico e programas de bem-estar agrava ainda mais a situação, deixando os servidores sem o suporte necessário para enfrentar esses desafios (Schlindwein e Morais, 2014; Telles *et al.*, 2019; Andersen e Lobato, 2020).

A rede SIASS, estabelecida pela PASS, proporciona uma estrutura organizacional que suporta a implementação de políticas de saúde ocupacional nas IFES. Esse sistema facilita a padronização dos procedimentos de saúde ocupacional e promove o compartilhamento de melhores práticas, beneficiando diretamente as estratégias de saúde mental e bem-estar laboral. A rede SIASS integra e coordena esforços, aumentando a eficiência das ações e a qualidade dos serviços prestados. A legislação que fundamenta a PASS oferece um quadro regulatório robusto, essencial para o desenvolvimento e sustentação de iniciativas de qualidade de vida no trabalho, garantindo a aplicação consistente e eficaz das políticas (Braga, 2019; Martins *et al.*, 2017).

Apesar desses facilitadores estruturais, a implementação da PASS enfrenta obstáculos como a falta de recursos adequados e resistência institucional. A escassez de financiamento impede o desenvolvimento de infraestruturas de suporte em saúde mental, a contratação de especialistas e a realização de programas preventivos e de intervenção nos ambientes laborais. A resistência muitas vezes origina-se de uma percepção limitada dos gestores sobre o valor das políticas de saúde mental ou das necessidades dos servidores, agravada pela cultura de alta pressão das IFES (Pinheiro *et al.*, 2013; Ribeiro *et al.*, 2016; Bastos *et al.*, 2018).

Para superar os desafios do adoecimento mental nas IFES, é necessária uma abordagem multifacetada. Isso inclui parcerias com entidades de saúde mental locais e nacionais para obter mais recursos, além da capacitação contínua dos gestores para reconhecer e apoiar sinais de estresse nos servidores (Gonçalves *et al.*, 2016). Implementar sistemas de monitoramento para avaliar e ajustar as ações da política de saúde mental é igualmente importante (Mendonça *et al.*, 2023). Práticas que promovam a saúde mental, como flexibilidade de horários e redução de cargas administrativas desnecessárias, devem ser incentivadas. Integrar avaliações regulares de

risco psicossocial e sistemas de apoio psicológico nas políticas de saúde ocupacional pode mitigar os impactos negativos das exigências acadêmicas, contribuindo para a qualidade de vida no trabalho (Pinheiro et al., 2013; Ribeiro *et al.*, 2016).

Embora a estrutura e os recursos da PASS proporcionem facilitadores para promover a saúde mental nas IFES, os desafios relacionados à insuficiência de recursos e à resistência institucional exigem uma abordagem estratégica e comprometida. Uma implementação cuidadosa e adaptada da política é necessária para transformar o ambiente de trabalho nas IFES, promovendo não apenas a existência teórica da política, mas sua efetivação prática e sustentada no cotidiano dos servidores.

5.4 Integração de políticas e práticas de saúde ocupacional

A integração eficaz de políticas e práticas de saúde ocupacional nas IFES é necessária para criar um ambiente de trabalho seguro e produtivo, que suporte o bem-estar dos servidores. Esse processo requer a harmonização de diversas iniciativas de saúde ocupacional e práticas preventivas em uma estrutura coesa, transcendendo os limites departamentais e disciplinares. Esta abordagem é especialmente benéfica em ambientes acadêmicos, onde a variedade de atividades e os riscos específicos das diferentes áreas podem desafiar a gestão individualizada da saúde (Krolls; Presser; Sánchez-Tarragó, 2021; Mendonça *et al.*, 2023).

Ao consolidar esforços em saúde ocupacional, segurança no trabalho e qualidade de vida sob uma única política, as IFES podem assegurar intervenções abrangentes e adequadas às necessidades da comunidade acadêmica. Políticas integradas também promovem a colaboração interdepartamental e o compartilhamento de informações, ampliando o impacto das iniciativas de saúde e aumentando a eficiência administrativa. A redução de redundâncias e a melhoria na utilização de recursos são facilitadas por políticas claras e um sistema de gestão unificado, permitindo o monitoramento efetivo e ajustes proativos conforme necessário (Andrade; Martins; Machado, 2012; Filho e Ponce, 2017).

O desenvolvimento de políticas comuns que abrangem todos os aspectos da saúde e segurança ocupacional é um passo fundamental. Essas políticas devem ser reforçadas com programas de treinamento multidisciplinares que promovam uma compreensão holística dos cuidados com a saúde. Utilizar sistemas de informação integrados para consolidar dados de saúde de várias fontes melhora a coordenação dos cuidados e facilita a identificação rápida de problemas emergentes (Castro; Silva; Tavares, 2018; Pereira *et al.*, 2023).

A formação de comissões de saúde ocupacional multidisciplinares, com representantes de diferentes áreas do conhecimento e setores das IFES, é uma estratégia fundamental. Essas comissões podem supervisionar a implementação das políticas de saúde e garantir que suas práticas estejam alinhadas e sejam inclusivas (Mendonça *et al.*, 2023).

Entretanto, a implementação de uma abordagem integrada enfrenta desafios, como a resistência à mudança dentro das instituições, muitas vezes exacerbada por culturas departamentais relutantes em adotar práticas coordenadas. A complexidade burocrática das IFES também pode impedir a agilidade necessária para uma eficaz integração das políticas de saúde do servidor (Ribeiro *et al.*, 2016; Torres e Silva, 2022).

Portanto, a integração de políticas e práticas de saúde ocupacional nas IFES é essencial para melhorar a saúde e o bem-estar dos servidores. Embora os benefícios sejam evidentes em termos de eficiência operacional e qualidade de vida no trabalho, os desafios estão relacionados à cultura organizacional e à disponibilidade de recursos. Superar essas barreiras exige comprometimento administrativo e uma mudança cultural que valorize a saúde integral dos servidores. Uma política bem implementada pode transformar o ambiente de trabalho, promovendo bem-estar duradouro e melhorando a produtividade nas IFES.

6. Sugestões para estudos futuros

Identificamos áreas promissoras para expandir e aprofundar o entendimento sobre a implementação e consolidação da PASS. Até agora, a maioria das pesquisas tem se concentrado nas IFES, revelando a necessidade de explorar uma gama mais ampla de organizações federais brasileiras. Com base nas análises realizadas, propomos direcionamentos específicos para futuras pesquisas que visem aprimorar a saúde ocupacional e a qualidade de vida no trabalho nas organizações públicas federais. Esses direcionamentos são detalhados no Quadro 6, fornecendo um roteiro claro para estudos futuros que possam contribuir para a efetivação da PASS em diferentes contextos organizacionais.

Quadro 6. direcionamentos de pesquisas extraídos dos artigos revisados

Área de pesquisa	Direcionamentos para pesquisas futuras	Autores referenciados
Modelo Organizacional Democrático	Investigar a implementação e evolução de um modelo organizacional democrático e flexível, analisando a estruturação dos apoios, alocação de recursos, disposição dos servidores em participar, sua mobilização social e abertura institucional ao longo do tempo, visando a consolidação da PASS.	Baeta, Mucci, Moreira (2011); Andrade, Martins, Machado (2012); Macagi, Peres, Alessi (2015); Zanin et al. (2015); Freire, Pacheco (2016); Braga (2019); Amaral, Moscon e Silva (2023).
Desafios do SIASS	Analisar de forma mais aprofundada os desafios enfrentados pelas organizações federais na implementação e execução do SIASS.	Bifano e Freitas (2019); Torres e Silva (2020); Pizzinga, Zorzanelli (2021); Ramos (2022); Mendonça et al. (2023).
Diálogo Institucional	Investigar estratégias para a criação de espaços de diálogo entre servidores e a ampliação da interlocução com chefias imediatas, além de identificar medidas para melhorar a dimensão impessoal do trabalho, focando em saúde, segurança e qualidade de vida.	Pinheiro et al. (2013); Silva, Licório, Siena (2014); Ribeiro et al. (2016); Filho e Ponce (2019); Bifano e Freitas (2019).
Saúde Mental	Avaliar a prevalência de transtornos mentais e comportamentais em contextos laborais específicos, visando identificar a necessidade de implementação de ações de promoção e prevenção voltadas para a saúde mental.	Schindwein e Morais (2014); Revista de Psicologia (2016); Bastos et al. (2018); Telles et al. (2019).
Abordagem Interdisciplinar	Compreender a relação entre saúde e trabalho por meio de uma abordagem interdisciplinar e colaborativa, envolvendo a equipe multiprofissional do SIASS e os servidores da organização.	Bizarria et al. (2019); Bifano e Freitas (2019); Martins et al. (2017); Moser et al. (2023).
Conhecimento e Participação	Identificar o nível de conhecimento e participação em relação às iniciativas da PASS entre os servidores e gestores envolvidos com sua implementação.	D'Amato, Meirino, Pacheco (2019).
Saúde do Trabalhador	Compreender a saúde dos trabalhadores no serviço público federal, com foco na produção de informações sobre absenteísmo por motivo de doença.	Santa-Marinha et al. (2018); Teixeira et al. (2018); Andersen e Lobato (2020); Krolls, Presser, Sánchez-Tarragó (2021).
Gerenciamento de Saúde Ocupacional	Investigar a viabilidade e os impactos da implementação de um sistema de gerenciamento em saúde ocupacional nas organizações públicas federais.	Fonseca e Fermam (2015); Pereira et al. (2023).

Fonte: elaborado pelos autores.

Os direcionamentos de pesquisa apresentados visam preencher as lacunas observadas nos estudos revisados, com o objetivo de enriquecer a compreensão da PASS e fortalecer a saúde ocupacional em diferentes contextos organizacionais. Ao explorar essas áreas sugeridas, espera-se que os futuros estudos não apenas contribuam para aprimorar as práticas e políticas de saúde e segurança no trabalho, mas também promovam a consolidação efetiva da PASS. Essas pesquisas são essenciais para assegurar que a política atenda efetivamente às necessidades dos servidores públicos federais, melhorando seu bem-estar e produtividade.

7. Considerações finais

Este artigo explorou o processo de implementação e consolidação da Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (PASS) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras. Por meio de uma revisão integrativa da literatura, foram

identificados os principais facilitadores e dificultadores que influenciam a efetivação dessa política, proporcionando um entendimento mais profundo dos desafios enfrentados e das soluções potenciais para aprimorar a implementação da PASS.

Entre os facilitadores, destaca-se a importância de uma estrutura organizacional coesa, exemplificada pela rede SIASS, que promove a padronização dos procedimentos de saúde ocupacional e facilita o compartilhamento de melhores práticas. Além disso, a legislação que institucionaliza a PASS proporciona um quadro regulatório sólido, fundamental para sustentar e direcionar efetivamente as iniciativas de saúde ocupacional nas IFES.

Contudo, a implementação da PASS enfrenta desafios significativos, como a escassez de recursos humanos e financeiros, que limita a capacidade das IFES de desenvolver infraestruturas de apoio e contratar especialistas. A resistência cultural à mudança, frequentemente agravada por culturas departamentais relutantes em adotar práticas coordenadas de saúde ocupacional, também se revela um obstáculo substancial.

Para superar esses desafios, é imprescindível um compromisso renovado tanto do governo federal quanto das administrações das IFES no que se refere ao financiamento da saúde dos servidores. Estratégias como a formação de comissões de saúde multidisciplinares e o uso de sistemas de informação integrados para consolidar dados de saúde são essenciais para uma implementação mais efetiva da política. Promover uma mudança cultural que valorize a saúde e o bem-estar dos servidores é igualmente necessário, reconhecendo a importância de uma força de trabalho saudável para o sucesso institucional.

Os direcionamentos para futuras pesquisas sugeridos refletem a necessidade de explorar mais amplamente as práticas de saúde ocupacional em contextos organizacionais variados. As pesquisas futuras poderão investigar, entre outros temas, modelos organizacionais democráticos e flexíveis, desafios específicos na implementação do SIASS, a criação de espaços de diálogo e interlocução entre servidores e gestores, e a prevalência de transtornos mentais no ambiente de trabalho. A implementação de tecnologias emergentes e práticas inovadoras em gestão de saúde ocupacional também deve ser considerada para otimizar recursos e maximizar os impactos positivos da PASS.

As descobertas deste estudo confirmam a complexidade da implementação e consolidação da PASS nas IFES e destacam a necessidade de abordagens integradas e adaptativas. Apesar dos desafios, os facilitadores identificados oferecem caminhos promissores para futuras ações. Ao continuar explorando esses facilitadores e enfrentando os obstáculos com estratégias inovadoras e comprometimento organizacional, é possível transformar o panorama da saúde ocupacional nas IFES, melhorando não apenas a qualidade de vida dos servidores, mas também a produtividade e a sustentabilidade organizacional.

6. Referências

AMARAL, Denise Mascarenhas de Oliveira; CAMPOS, Daniela Campos Bahia; SILVA, Lindomar Pinto da. **Capacidades estatais e influenciadores da implementação de políticas públicas: um estudo no Instituto Federal da Bahia.** v. 39, n. 116, p. e20237747–e20237747, 9 jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.13037/gr.vol39.e20237747>.

ANDERSEN, Cristine Scattolin; LOBATO, Marcos Antônio de Oliveira. **Agravos relacionados ao trabalho em servidores de uma universidade federal do sul do Brasil.** Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, v. 18, n. 1, p. 20–29, 17 jul. 2020. DOI: 10.5327/Z1679443520200481.

ANDRADE, Elsa Thomé de; MARTINS, Maria Inês Carsalade; MACHADO, Jorge Huet. **O processo de construção da política de saúde do trabalhador no Brasil para o setor público.**

Configurações. Revista Ciências Sociais, n. 10, p. 137–150, 1 dez. 2012. DOI: 10.4000/configuracoes.1472.

BASTOS, Maria Luiza Almeida. et. al. **Afastamentos do trabalho por transtornos mentais: um estudo de caso com servidores públicos em uma instituição de ensino no Ceará, Brasil.** Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, v. 16, n. 1, p. 53–59, 2018. DOI: 10.5327/Z1679443520180167.

BAETA, Odemir Vieira; MUCCI, Carla Beatriz Marques Rocha e; MOREIRA, Nathalia Carvalho. **O institucionalismo sociológico na implementação da política e atenção à saúde do servidor público de uma instituição federal de ensino superior de Minas Gerais.** APGS: Administração Pública e Gestão Social, Viçosa, v. 2, n. 3, p. 232-249, abr./jul 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/8790>.

BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. FREITAS, Áurea Maria Resende de; **Atenção à Saúde do Servidor Público: Uma Análise do Sistema Integrado na Perspectiva de Escolhas de Adoção e de uso e sua Relação na Mudança Organizacional.** Revista FSA, v. 16, n. 2, p. 183–198, 1 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.12819/2019.16.2.10>.

BIZARRIA, Fabiana Pinto de Almeida. et. al. **Ações públicas voltadas para a promoção da saúde do trabalhador: análise da política destinada à saúde do servidor público federal.** Revista Gestão & Saúde, v. 5, n. 3, p. 2019–2030, 30 set. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/669/565>.

BOTELHO, L. L. R. CUNHA, C. C. de A. MACEDO, M. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais.** Gestão e Sociedade, v. 5, n. 11, p. 121, 2011. DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>.

BRAGA, Rosângela Oliveira da Silva. **Avanços e desafios na gestão da política de atenção à saúde do servidor público federal e o princípio da eficiência na administração pública.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 02, Vol. 04, pp. 133-143. Fev. 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/politica-de-atencao>.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Normas Regulamentadoras** – Brasília, 2020. <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Manual de perícia oficial em saúde do servidor público federal.** 3.ed. / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho no Serviço Público. Brasília: MP, 2017. 147 p.: il., color.

CARVALHO, C. A. DA S. et al. **Saúde e Segurança no Trabalho: um relato dos números de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais no Brasil (2012-2018).** Brazilian Journal of Business, v. 2, n. 3, p. 2909–2926, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34140/bjbv2n3-070>.

CASTRO, Adinaura Ramos de; SILVA, Rosilene Ferreira Gonçalves; TAVARES, Aderly Goes. **Desafios na implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança no Trabalho**

do Servidor (PASS) em uma instituição pública federal. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 10, n. 4, p. 1908–1915, 2018. DOI: 10.25248/REAS291_2018.

DIAS, Elizabeth Costa; SILVA, Thais Lacerda e. **Contribuições da Atenção Primária em Saúde para a implementação da Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho (PNSST).** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 38, p. 31–43, 1 jun. 2013. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572013000100007>.

FILHO, José Marçal Jackson; PONCE, Tarsila Baptista. **O papel dos agentes de recursos humanos na implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS).** Revista do Serviço Público, v. 68, n. 1, p. 131–156, 31 de mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v68i1.1282>.

FONSECA, Ivan Fagundes; FERAM, Ricardo Kropf Santos. **Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho: Uma Proposta de Avaliação da Conformidade para a Administração Pública Federal Brasileira.** Sistemas & Gestão, v. 10, n. 1, p. 16–28, 2015. DOI: 10.7177/sg.2015.v10.n1.a2.

FREIRE, Martha; PACHECO, Marcia. **Saúde do Trabalhador: Um Desafio Para a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Servidor Público Federal (PASS).** Intervenções: trabalho, saúde, cultura. Petrópolis, v. 1, n. 2, p. 34-51, novembro/2016. Disponível em: https://www.fmpfase.edu.br/Intervenções/Content/pdf/Artigo/Artigo_02_02.pdf.

GONÇALVES, Shirley Dias; et. al. **Promoção e vigilância à saúde dos servidores públicos: a experiência da Universidade Federal do Ceará.** Revista de Psicologia, v. 7, n. 2, p. 151–164, 1 jan. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/6283>.

KLOPPER, R.; LUBBE, S.; RUGBEER, H. **The matrix method of literature review.** Alternation, Cape Town, v. 14, n. 1, p. 262-276, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237542915_The_Matrix_Method_of_Literature_Review.

KRÖLLS, Tirze Barbalho; PRESSER, Nadi Helena; SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy. **Informação de perícias médicas para subsidiar ações de vigilância e promoção da saúde dos servidores públicos: o caso de uma universidade pública federal do Brasil.** Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v. 15, n. 3, 31 ago. 2021. <https://doi.org/10.29397/reciis.v15i3.2229>.

MACAGI, Silvânia Terezinha Silva ; PERES, Aida Maris; ALESSI, Sandra Mara. **Planejamento estratégico para a organização da atenção à saúde do servidor de uma universidade pública.** Revista de Enfermagem UFPE, v. 9, n. 2, p. 864–874, 28 jan. 2015. DOI: 10.5205/reuol.6391-62431-2-ED.0902supl201513.

MARINHA, Marden Samir Santa. - et. al. **Avaliação das licenças para tratamento de saúde após implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor na FIOCRUZ: quadriênio 2012–2015.** Revista Bras. de Medicina do Trabalho, v. 16, n. 1, p. 67–70, 2018. DOI: 10.5327/Z1679443520180080.

MARINHA, Marden Samir Santa. - et. al. **Perfil epidemiológico do absenteísmo-doença na Fundação Oswaldo Cruz no período de 2012 a 2016**. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, v. 16, n. 4, p. 457–465, 2018. DOI: 10.5327/Z1679443520180307.

MARTINS, Maria Inês Carsalade. et. al. **A política de atenção à saúde do servidor público federal no Brasil: atores, trajetórias e desafios**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, p. 1429–1440, 1 maio 2017. DOI: 10.1590/1413-81232017225.33542016.

MENDONCA, Helinton Guedes de, et. al. **Atenção à saúde do servidor em uma instituição federal de ensino: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho. 2023. DOI: 10.47626/1679-4435-2023-797.

MOSER, Carolina M. et. al. **A construção de um modelo interdisciplinar para a promoção da saúde do servidor público em uma universidade federal**. Pensar Acadêmico, v. 21, n. 2, p. 1444–1454, 18 ago. 2023. <https://doi.org/10.21576/pensaracadmico.2023v21i2.3977>.

PEREIRA, Larissa de Araújo Costa, et al. **As políticas públicas e transformação digital na área de saúde e segurança do trabalho**. RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, v. 1, 18 jul. 2023.

PINHEIRO, Francisco Pablo Huascar Aragão. et al. **Projeto ELABORAR: uma experiência de intervenção junto a trabalhadores da Universidade Federal do Ceará**. Revista de Psicologia, v. 4, n. 2, p. 103–113, 1 jan. 2013. <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/809/0>.

PINTO, Carolina de Mendonça Brandão. et al. **Absenteeism-disease in university employees: a cross-sectional study of the reasons for leave from 2013 to 2018**. Ciência e Natura, v. 43, p. e10-43385, 18 maio de 2021. <https://doi.org/10.5902/2179460X43385>.

PIZZINGA, Vivian Heringer; ZORZANELLI, Rafaela Teixeira. **Perícias em saúde e saúde do trabalhador: a definição do tempo de afastamento em foco**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 12, p. 6069–6078, dez. 2021. DOI: 10.1590/1413-812320212612.15262021.

PÔSSAS, Nathalia São Paio D'Amato; MEIRINO, Marcelo Jasmim; PACHECO, Márcia Vieira. **Proposição de ações para implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do servidor público federal: estudo de caso na Universidade Federal Fluminense**. Sistemas & Gestão, v. 14, n. 3, p. 323–334, 8 out. 2019. DOI: 10.20985/1980-5160.2019.v14n3.1507.

RAMOS, Camilo Ferreira. **Dilemas éticos do exercício pericial no local de trabalho**. Revista Bioética, v. 30, n. 3, p. 492–497, set. 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422022303542PT>.

RIBEIRO, Sandra Fogaça Rosa; et. al. **Promoção de saúde do servidor em uma universidade pública federal**. Revista do NESME, v. 13, n. 1, p. 33–45, 1 jun. 2016. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v13n1/v13n1a04.pdf>.

SCHLINDWEIN, Vanderléia de Lurdes Dal Castel; MORAIS, Paulo Rogério. **Prevalência de transtornos mentais e comportamentais nas instituições públicas federais de Rondônia**.

Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 17, n. 1, p. 117, 1 jun. 2014. – DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v17n1p117-127.

SILVA, Maria Antônia Catunda da; LICÓRIO, Angelina Maria de Oliveira; SIENA, Osmar. **Pressupostos Legais à Promoção à Saúde do Servidor Público Federal.** Revista de Administração e Negócios da Amazônia, v. 6, n. 3, p. 89–108, 30 dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.18361/2176-8366/rara.v6n3p89-108>.

TELLES, Leonardo Lessa. et. al. **O Projeto de Atenção à Saúde Mental dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Prasmnet: 20 anos.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 44, 1 jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000004218>.

TORRES, Gustavo Caetano; SILVA, Carlos Sérgio da. **O Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) na perspectiva de servidores públicos de Instituições Federais de Ensino Superior.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 47, 2022. <https://doi.org/10.1590/2317-6369/36220PT2022v47e6>.

TORRES, Gustavo Caetano; SILVA, Carlos Sérgio da. **Segurança e saúde no trabalho em instituições federais de ensino superior no Brasil.** International Journal on Working Conditions, nº.19, Jun. 2020. <https://doi.org/10.25762/gepn-dc33>.

ZANIN, Fernanda da Conceição; et. al. **Política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público no Brasil.** Universidade e Sociedade, v. 55, p. 86–95, 2015. https://www.andes.org.br/img/midias/7642a1db844d305c70e26b4ee0b1a732_1548264588.pdf